



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 40.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 25/03/2026

## SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA SEMIPRESENCIAL (AM Nº 123/2020) DE 25/03/2026

### BREVES COMUNICAÇÕES

**Delegado Marcelo Freitas (UNIÃO - MG)** - O Deputado registrou posicionamento sobre a prisão domiciliar do ex-Presidente Jair Bolsonaro e afirmou que a medida deveria ter sido adotada antes. Em seguida, defendeu revisão de decisões relacionadas aos atos de 8 de janeiro e cobrou do Congresso Nacional a derrubada do veto ao projeto de dosimetria, com o argumento de corrigir injustiças e proteger famílias afetadas. Além disso, relatou caso de condenação considerada desproporcional. Por outro lado, destacou a destinação de recursos do orçamento da União para obras na BR-251, em Minas Gerais, com expectativa de melhorias na segurança viária e redução de acidentes em trechos críticos.

**Charles Fernandes (PSD - BA)** - O Deputado destacou preocupação com as condições da BR-251 no trecho que liga Montes Claros (MG) a Janaúba (MG) até a divisa com a Bahia. Em seguida, mencionou Municípios impactados, como Janaúba (MG), Porteirinha (MG), Monte Azul (MG), Mato Verde (MG) e Espinosa (MG), ao apontar a relevância da via para a mobilidade regional. Ressaltou ainda que o trecho na divisa apresentava condições precárias, com impactos na segurança e no tráfego de veículos. Por fim, indicou a necessidade de recuperação da estrada, ao reforçar a urgência de intervenções para melhorar a infraestrutura e garantir melhores condições de circulação.

**Márcio Jerry (PCdoB - MA)** - O Deputado registrou a passagem dos 104 anos de fundação do Partido Comunista do Brasil, ao relembrar sua criação em 1922, no Rio de Janeiro. Em seguida, destacou a trajetória histórica da legenda na defesa dos direitos do povo, da classe trabalhadora, da soberania nacional e da democracia, com ênfase em um projeto nacional de desenvolvimento. Além disso, mencionou lideranças que marcaram o partido ao longo das décadas, como Astrogildo Pereira, Luis Carlos Prestes, Maurício Grabois, Marighela, Lamarca, João Amazonas, e Renato Rabelo. Por fim, afirmou continuidade da atuação política do partido na defesa da Pátria e de um país mais justo.

**Leônidas Cristino (PDT - CE)** - O Deputado destacou a celebração dos 300 anos de Fortaleza (CE), ao ressaltar a importância histórica, cultural e simbólica da capital cearense para o povo do Estado. Em seguida, afirmou que a cidade reuniu características de modernidade e desenvolvimento, ao enfrentar desafios urbanos e avançar com investimentos e inovação, sem abrir mão de suas tradições e identidade cultural. Ademais, registrou reconhecimento à gestão do Prefeito Evandro Leitão, ao mencionar ações voltadas à



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 40.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 25/03/2026

melhoria das condições de vida da população. Por último, manifestou expectativa de continuidade do progresso e de novas conquistas para a cidade.

**Valmir Assunção (PT - BA)** - O Deputado destacou avanços na alfabetização infantil na Bahia, ao atribuir resultados à parceria entre Governo Estadual, Municípios e sociedade, e reconheceu o cumprimento de metas nacionais. Na sequência, apontou desafios em cidades como Salvador (BA), Vitória da Conquista (BA) e Jequié (BA), com expectativa de superação. Além disso, ressaltou anúncio do Ministro Camilo Santana sobre novas universidades federais, incluindo a Universidade Federal África-Brasil, ao enfatizar integração internacional e ampliação do acesso à educação. Também mencionou ações do Governo Federal e Estadual em infraestrutura e serviços. Ao concluir, defendeu debates sobre escala 6 por 1, tarifa zero, creches, reformas política e do Judiciário, e cobrou apuração de responsabilidades do Banco Central no caso Banco Master.

**Carlos Jordy (PL - RJ)** - O Deputado criticou a atribuição de responsabilidade ao Banco Central no caso Banco Master e apontou a participação de gestões do PT na Bahia, ao citar a criação do Credcesta como fator relacionado ao crescimento da instituição. Em seguida, afirmou que Parlamentares petistas não apoiaram a instalação de investigação sobre o tema. Ademais, questionou declarações do Senador Davi Alcolumbre, Presidente do Congresso Nacional sobre interferência do Supremo Tribunal Federal no Parlamento, ao mencionar decisões judiciais em CPIs e casos envolvendo Parlamentares. Por fim, defendeu a apuração de responsabilidades e criticou atuação de autoridades políticas e institucionais no contexto das investigações.

**Valmir Assunção (PT - BA)** - O Deputado rebateu críticas relacionadas à Bahia no caso do Banco Master e afirmou que a venda da rede Cesta do Povo, realizada na gestão de Rui Costa, ocorreu por meio de leilão transparente, sem relação com os desdobramentos atuais. Além disso, sustentou que a responsabilidade pela autorização de operações envolvendo o Banco Master recaiu sobre o então presidente do Banco Central, Campos Neto. Ao finalizar, defendeu que o debate público deveria concentrar-se na apuração dessa responsabilidade, ao cobrar maior transparência nas discussões.

**Márcio Jerry (PCdoB - MA)** - O Deputado denunciou ações ilegais e uso indevido da estrutura do Estado no Maranhão, ao atribuir ao Governo Estadual práticas de perseguição a adversários políticos e constrangimento de agentes públicos. Ainda sobre o assunto, afirmou que o ambiente político sofreu retrocessos e apontou ameaças ao funcionamento democrático. Também relatou pressões sobre empresários, Prefeitos e Parlamentares, ao associar tais condutas a um projeto de poder familiar. Criticou ainda a tentativa de instaurar CPI contra o Vice-Governador Felipe Camarão, ao classificar a medida como instrumento político.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 40.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 25/03/2026

Finalizou convocando as forças democráticas e a sociedade a reagirem em defesa da democracia e do livre exercício da atividade política.

**Maria Arraes (SOLIDARIEDADE - PE)** - A Deputada registrou a presença de Vereadores de Abreu e Lima (PE), ao destacar a atuação de Milena Araújo, Marinheiro e Natalício na representação da população local. Afirmou que os Parlamentares estiveram em Brasília com o objetivo de ampliar conhecimentos e aprimorar a atuação legislativa. Também ressaltou que a iniciativa buscou fortalecer o trabalho desenvolvido no Município, com foco em melhores resultados para a população.

**Charles Fernandes (PSD - BA)** - O Deputado destacou articulações recentes para viabilizar o projeto de irrigação do Vale do Iuiú, na Bahia, ao relatar reunião com a Casa Civil, técnicos e Prefeitos da região. Na sequência, lembrou que a proposta era discutida há mais de 50 anos, com histórico de promessas e descrédito da população local. Ademais, apontou avanços como audiências públicas e elaboração de estudos, com expectativa pelo projeto executivo. Também enfatizou o potencial de geração de emprego e renda para Municípios do sudoeste baiano. Por fim, reafirmou confiança na concretização do empreendimento e na sua relevância para o desenvolvimento regional.

**Vicentinho (PT - SP)** - O Deputado destacou sua atuação em defesa de aposentados e pensionistas, ao mencionar coordenação de frente parlamentar e iniciativas legislativas voltadas à categoria. Em seguida, mencionou o Projeto de Lei nº 338, de 2024, de sua autoria, que propôs restabelecer o direito de pensionistas receberem o valor integral do benefício do cônjuge falecido. Além disso, relatou mobilização nacional com abaixo-assinado para apoiar a proposta, ao argumentar que a retirada desse direito gerou impacto nas condições de vida das famílias. Também citou apoio de entidades representativas dos trabalhadores à matéria. Ao concluir, solicitou engajamento dos Parlamentares para aprovação do projeto e reforçou a defesa da dignidade dos aposentados.

**Lenir de Assis (PT - PR)** - A Deputada destacou o lançamento de programa do Governo Federal voltado à educação contra a violência e o feminicídio, em parceria entre os Ministérios da Educação e das Mulheres e instituições federais de ensino. Afirmou que a iniciativa alcançaria desde a educação básica até a pós-graduação, com foco na prevenção e formação cidadã. Além disso, registrou a presença de dirigentes de universidades tecnológicas do Paraná, ao reconhecer a participação no evento. Também mencionou agenda no Ministério da Saúde, com contribuição para o aperfeiçoamento do SUS em áreas cirúrgicas. Por fim, ressaltou a importância das políticas públicas em educação e saúde.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 40.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 25/03/2026

**Hildo Rocha (MDB - MA)** - O Deputado relatou reunião com o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) para tratar da recuperação de vias danificadas após a queda da Ponte JK, e destacou o compromisso do presidente do órgão com a realização de obras nos Municípios de Estreito (MA) e Porto Franco (MA), incluindo trechos das BR-010 e BR-230. Em seguida, apontou avanços e novos projetos para rodovias no Maranhão, como intervenções na BR-222 e na BR-226, com previsão de início de obras e reforço de recursos federais. Além disso, ressaltou investimentos do Governo Federal na malha viária estadual. Por fim, ressaltou a posse da Coronel Augusta Andrade como nova Secretária de Segurança Pública do Maranhão, enfatizando que a escolha teve caráter técnico e destacando a experiência da gestora na área. Por fim, mencionou ações do Governo estadual, como reformas de delegacias e quartéis e aquisição de viaturas, e indicou confiança na melhoria dos indicadores de segurança no Estado.

**Rodrigo Gambale (PODE - SP)** - O Deputado registrou a assunção da liderança do maior bloco parlamentar da Câmara dos Deputados, composto pelo Podemos, PP, União, MDB, Republicanos e pela federação PSDB Cidadania. Em seguida, agradeceu o apoio de lideranças políticas e afirmou que a nova função representava um momento relevante de sua trajetória política. Além disso, mencionou a visita do Prefeito e de Vereadores do Município de Salesópolis (SP), ao reconhecer a importância da cidade, que abriga a nascente do Rio Tietê. Também citou a presença de um amigo de infância que atualmente é Conselheiro Tutelar de Ferraz de Vasconcelos (SP).

**Ribeiro Neto (PRD - MA)** - O Deputado parabenizou o Líder Rodrigo Gambale pela assunção da liderança de bloco parlamentar. Em seguida, destacou apoio político à ex-Vereadora Luiza Calvet, do Município de Santa Rita (MA). Ressaltou o desempenho eleitoral da liderança local, ao mencionar votação expressiva na última disputa municipal. Além disso, afirmou confiança na continuidade de sua atuação política e na possibilidade de futura eleição para o Executivo municipal. Por fim, reforçou compromisso com o fortalecimento da representação política no Maranhão e manifestou apoio às pautas voltadas ao desenvolvimento local.

**Delegado Marcelo Freitas (UNIÃO - MG)** - O Deputado registrou a posse do Deputado Ilacir Bicalho como novo integrante da Câmara dos Deputados, destacando sua trajetória política em Minas Gerais e atuação como Vice-Prefeito de Santa Luzia (MG). Afirmou que o novo Parlamentar acumulou experiência na gestão municipal e desenvolveu trabalho relevante junto à população local. Além disso, mencionou vínculos políticos e familiares que marcaram sua trajetória pública. Ao encerrar, manifestou expectativa de atuação destacada no Legislativo federal, com foco na representação dos interesses de Minas Gerais, especialmente do Município de Santa Luzia.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 40.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 25/03/2026

**Otoni de Paula (MDB - RJ)** - O Deputado denunciou supostas irregularidades na gestão municipal de Seropédica (RJ), atribuindo ao Prefeito Lucas falhas apontadas pelo Tribunal de Contas do Estado. Citou indícios de desvio de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação — Fundeb, com determinação de devolução de valores, além de problemas no fundo previdenciário local, que afetariam aposentados e pensionistas. Também mencionou contratações irregulares sem concurso público e questionou motivações políticas na gestão. Ao final, afirmou não se intimidar com ameaças e cobrou explicações formais ao TCE.

**Márcio Jerry (PCdoB - MA)** - O Deputado destacou a autorização de funcionamento de um novo campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA) no Município de Colinas (MA). Atribuiu a iniciativa ao Ministério da Educação, liderado por Camilo Santana, e à gestão do reitor Carlos Cesar. Também mencionou a presença do IEMA, implantado na Gestão do ex-Governador Flávio Dino, e afirmou que a ampliação da rede fortalece a oferta de ensino público e oportunidades para a população local.

**Ricardo Galvão (REDE - SP)** - O Deputado criticou o acordo sobre minerais críticos e terras raras firmado entre o Estado de Goiás e os Estados Unidos. Afirmou que a iniciativa violaria a Constituição ao tratar de recursos minerais, que seriam bens da União, e ao envolver relações internacionais, competência do Presidente da República. Informou que o Brasil detém uma das maiores reservas globais de terras raras, essenciais para tecnologias como veículos elétricos e painéis solares, mas alertou que a simples exportação de minério bruto repetiria erros históricos. Também defendeu investimentos em processamento e inovação, citando iniciativas nacionais na área, e criticou o Governador Ronaldo Caiado por desconsiderar o desenvolvimento tecnológico interno.

**Rosana Valle (PL - SP)** - A Deputada alertou para o aumento dos casos de feminicídio no Brasil, com quase mil registros apenas nos primeiros meses do ano, segundo o Conselho Nacional de Justiça. Defendeu o fortalecimento de leis de proteção às mulheres, como a Lei Maria da Penha, mas afirmou que a efetividade depende de políticas públicas e da execução de programas governamentais. Também criticou a baixa implementação de ações voltadas ao tema e apontou que menos de 15% dos programas previstos teriam sido executados. Ao final, questionou a condução da Comissão da Mulher, presidida pela Deputada Erika Hilton, e defendeu foco em pautas práticas de combate à violência e ampliação da proteção às mulheres.

**Elisangela Araujo (PT - BA)** - A Deputada destacou o avanço da alfabetização na Bahia, que registrou crescimento de 19 pontos e alcançou 55% de crianças alfabetizadas, superando a meta federal. Atribuiu o resultado a políticas públicas, parcerias com Municípios e investimentos em formação de professores e



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 40.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 25/03/2026

materiais didáticos, e parabenizou o Governador Jerônimo Rodrigues pela condução da política educacional. Também celebrou o anúncio do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre a nomeação de Fernanda Machiavelli como Ministra do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, destacando o caráter histórico da escolha e o compromisso com a agricultura familiar e populações do campo.

**Rosana Valle (PL - SP)** - A Deputada registrou, durante o Mês das Mulheres, a presença de lideranças femininas do litoral paulista, destacando a atuação de representantes do PL Mulher em Santos (SP). Afirmou que o período é de mobilização e reflexão sobre os desafios enfrentados pelas mulheres e defendeu que a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher mantenha foco em pautas relacionadas ao combate ao feminicídio, à violência e à proteção das famílias.

**Rosângela Moro (UNIÃO - SP)** - A Deputada criticou projeto do Governo Federal relacionado à Copa do Mundo Feminina, ao afirmar que a proposta inclui restrições à manifestação política em eventos esportivos. Apontou que o texto proíbe cartazes e cânticos com conteúdo político, classificando a medida como tentativa de censura. Acrescentou que o projeto criaria precedentes para limitar a liberdade de expressão em espaços públicos e durante o período eleitoral. Por fim, defendeu maior atenção do Congresso à análise de propostas do Executivo e alertou para possíveis impactos sobre direitos constitucionais.

**Charles Fernandes (PSD - BA)** - O Deputado relatou agenda no interior da Bahia e destacou a autorização para licitação da rodovia BA-617, que liga os Municípios de Condeúba (BA) e Caculé (BA). Informou que a obra, estimada em cerca de 70 milhões de reais, beneficiará diversas cidades da região sudoeste, como Jacaraci (BA), Guajeru (BA), Mortugaba (BA) e Piripá (BA), sendo resultado de demandas históricas de lideranças locais. Mencionou a participação de Prefeitos e autoridades durante o anúncio realizado pelo Governador Jerônimo Rodrigues. Também registrou presença nas comemorações dos 64 anos de emancipação política de Botuporã (BA), reforçou parceria com a gestão municipal e ressaltou desafios enfrentados por pequenos Municípios em função das limitações do FPM.

**Flávio Nogueira (PT - PI)** - O Deputado prestou homenagem ao Movimento Democrático Brasileiro - MDB, destacando sua relevância histórica como força de oposição durante a ditadura militar. Relembrou a criação do partido no contexto do bipartidarismo imposto pelo regime, em contraposição à Aliança Renovadora Nacional - ARENA, e ressaltou a atuação de lideranças como Ulysses Guimarães e Tancredo Neves na luta pela redemocratização. Também mencionou episódios marcantes, como o AI-5, e nomes que integraram a resistência política, a exemplo de Rubens Paiva.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 40.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 25/03/2026

**Caio Vianna (PSD - RJ)** - O Deputado lamentou a morte de seu pai, ex-Deputado Federal Arnaldo Vianna, destacando seu legado político em Campos dos Goytacazes (RJ) e na Câmara dos Deputados. Afirmou orgulho pela trajetória do pai e reforçou o compromisso de dar continuidade ao trabalho em defesa da população do Rio de Janeiro. Agradeceu ao Eduardo Paes pela oportunidade de exercer o mandato. Também ressaltou a destinação de mais de R\$ 14 milhões em investimentos para Campos, em áreas como saúde e infraestrutura.

**Otoni de Paula (MDB - RJ)** - O Deputado criticou Vereadores alinhados ao bolsonarismo na Câmara Municipal do Rio de Janeiro por cobrarem relatórios sobre a Força Municipal de Segurança. Afirmou que a prioridade deveria ser investigar denúncias envolvendo batalhões da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro e possíveis vínculos com o crime organizado. Atribuiu a crise no Estado a gestões associadas ao ex-Presidente Jair Bolsonaro, citando Wilson Witzel e Cláudio Castro. Também mencionou investigações envolvendo o nome de Flávio Bolsonaro e o miliciano Adriano da Nóbrega.

**Ricardo Abrão (UNIÃO - RJ)** - O Deputado defendeu que a gestão do Cristo Redentor seja integralmente conduzida pela Igreja Católica. Ressaltou que a construção do santuário foi idealizada e financiada pela Igreja com apoio de doações populares, o que justificaria a condução administrativa pela instituição religiosa. Também informou ter apresentado indicação à Presidência da República para reconhecer formalmente o caráter religioso, cultural e histórico do local.

**Rubens Pereira Júnior (PT - MA)** - O Deputado destacou a realização da Caravana da Agricultura Familiar no Maranhão, iniciativa do Governo Federal voltada ao fortalecimento do setor. Afirmou que a ação levou políticas públicas diretamente aos produtores, com participação de órgãos como Embrapa, Conab, Banco do Nordeste e Sebrae. Também informou que a caravana já passou por Municípios como Brejo (MA), Alcântara (MA) e Parnarama (MA), alcançando centenas de gestores e produtores, com entrega de maquinários e capacitação técnica. Por fim, ressaltou que a iniciativa ampliou o acesso ao crédito, tecnologia e assistência, defendendo a expansão do modelo para outras regiões do País.

**Soldado Noelio (UNIÃO - CE)** - O Deputado criticou o descumprimento da Lei Orgânica das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros por Governadores, afirmando que a falta de aplicação da norma contrasta com a punição imposta a cidadãos e empresários que descumprem regras legais. Informou a criação de uma subcomissão na Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados para fiscalizar a execução da lei. Também apontou disparidades salariais entre Estados, citando diferenças significativas na remuneração de policiais militares, e cobrou providências para garantir a valorização da categoria.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 40.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 25/03/2026

**Paulo Marinho Jr (PL - MA)** - O Deputado alertou para o aumento de crimes envolvendo *deepfake* e fraudes virtuais, destacando reportagem do jornal O Globo que indicou baixa taxa de condenação nesses casos. Afirmou que a ausência de mecanismos eficazes dificultou a atuação da Justiça, especialmente em períodos eleitorais. Também criticou a impunidade no Maranhão e mencionou a troca no comando da segurança pública, desejando êxito à nova gestora, Coronel Augusta, na condução das políticas de combate à criminalidade.

**Maria Arraes (SOLIDARIEDADE - PE)** - A Deputada criticou a atuação da Governadora Raquel Lyra diante dos casos de feminicídio e violência contra a mulher em Pernambuco. Citou dados recentes de aumento das agressões e apontou subnotificação dos casos, destacando a falta de efetivo policial e a não convocação de aprovados em concursos. Também questionou a estrutura das delegacias da mulher no Estado, afirmando que poucas funcionam 24 horas, em desacordo com a legislação federal. Ao final, mencionou episódio envolvendo as Deputadas Erika Hilton e Duda Salabert, cobrando providências e maior prioridade no enfrentamento à violência contra mulheres.

**Ricardo Maia (MDB - BA)** - O Deputado destacou investimentos em infraestrutura no sertão da Bahia, afirmando que houve avanço a partir de 2023 com apoio do Governo Federal. Citou aportes superiores a R\$ 600 milhões em obras viárias, incluindo intervenções em rodovias como BR-116, BR-110 e BR-235, além da construção de viaduto em Heliópolis (BA). Atribuiu as ações ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ao Governador Jerônimo Rodrigues e ao Ministro Renan Filho, ressaltando obras de duplicação, manutenção e ampliação de rodovias.

**Rubens Pereira Júnior (PT - MA)** - O Deputado registrou a visita, à Câmara dos Deputados, do vice-Prefeito Willame Barros e da Advogada Fernanda Barros, representantes de São João Batista (MA). Destacou o reconhecimento recente do Município na área da educação, com premiação relacionada à alfabetização, atribuindo o resultado ao trabalho desenvolvido pela ex-Secretária Municipal.

**Kim Kataguirí (MISSÃO - SP)** - O Deputado criticou a proposta aprovada no Senado que equiparou misoginia ao crime de racismo, argumentando que há diferenças históricas e jurídicas entre as condutas. Comparou penas previstas para outros crimes, como peculato e lesão corporal, questionando a proporcionalidade das punições. Também citou o voto do Senador Flávio Bolsonaro, afirmando divergência dentro do campo político que se identifica como direita, e declarou que não apoiaria a proposta na Câmara dos Deputados.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 40.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 25/03/2026

**Paulão (PT - AL)** - O Deputado criticou a atuação de empresas de saneamento em Alagoas e destacou ação da Defensoria Pública estadual contra reajustes tarifários da BRK considerados abusivos. Apontou falhas na prestação de serviços em Municípios como Maceió (AL) e Palmeira dos Índios (AL), além de problemas recorrentes no abastecimento em áreas do interior. Também questionou a atuação da agência reguladora Arsal e criticou a privatização do setor de água e saneamento, afirmando que a população tem sido prejudicada. Por fim, informou que levaria o tema à Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara, com o objetivo de cobrar explicações das empresas responsáveis.

**Kim Kataguirí (MISSÃO - SP)** - O Deputado criticou a proposta que equipara a misoginia ao racismo, afirmando que as penas podem se tornar desproporcionais, chegando a ser mais severas que crimes como homicídio ou tráfico de influência, e classificou a medida como demagógica, defendendo punições mais duras para crimes graves como feminicídio, em vez de ampliar penalidades para ofensas.

**Antonio Brito (PSD - BA)** - O Deputado informou que a Proposta de Emenda à Constituição nº14, de 2021, que trata de aposentadoria especial para agentes de saúde, avançará no Senado com apoio do Senador Irajá Abreu, destacando que o relatório será apresentado na Comissão de Constituição e Justiça sob liderança de Otto Alencar. Afirmou ainda que a proposta representa um passo importante para garantir uma aposentadoria justa à categoria em todo o Brasil.

**Erika Kokay (PT - DF)** - A Deputada defendeu as ações recentes do Governo Federal no enfrentamento à violência contra a mulher. Destacou a realização de um pacto envolvendo o setor educacional, com participação de estudantes, professores e gestores, para incorporar o combate à violência de gênero nas escolas, tanto por meio de currículos quanto de ações pedagógicas. Também contrapôs o atual Governo ao anterior, criticando falas e posturas que classificou como misóginas, e afirmou que hoje há uma orientação diferente, com iniciativas como o pacto nacional de combate ao feminicídio e ações voltadas à proteção das mulheres. Além disso, abordou a violência política de gênero e a baixa representação feminina nos espaços de poder, defendendo que a ampliação da participação das mulheres é essencial para o fortalecimento da democracia; e reforçou a ideia de que discursos de ódio e misoginia têm consequências concretas, contribuindo para a violência física e até para o feminicídio. Nesse sentido, defendeu medidas legislativas e políticas públicas para enfrentar esse tipo de discurso. Por fim, mencionou outras ações sociais do Governo, como iniciativas voltadas à população em situação de rua, e reiterou que o combate à violência contra a mulher exige políticas integradas, envolvendo educação, justiça e assistência social.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 40.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 25/03/2026

**Sargento Fahur (PL - PR)** - O Deputado abordou um caso ocorrido em Curitiba (PR), relatando a decisão da Vara da Infância e Juventude que condenou um casal ao pagamento de multa superior a R\$ 500 mil por não vacinar os filhos contra a Covid-19. Disse que o ponto mais controverso da decisão seria o fato de existir um laudo médico indicando que as crianças tinham problemas respiratórios. Por fim, argumentou que esse laudo teria sido desconsiderado pela Justiça, classificando a situação como absurda.

**General Girão (PL - RN)** - O Deputado criticou declarações do Presidente Lula, interpretando falas recentes como demonstrações de posicionamentos equivocados sobre temas como segurança pública, valores sociais e relações internacionais. Em seguida, relatou a morte de dois pacientes em uma clínica de hemodiálise na cidade de Mossoró (RN). Cobrou apuração rigorosa sobre possíveis falhas, levantando questionamentos sobre a qualidade da água utilizada no tratamento; cumprimento de protocolos sanitários; frequência de fiscalizações; e responsabilidade dos órgãos competentes. Além disso, criticou a situação geral da saúde no Estado, mencionando falta de medicamentos e problemas de gestão, e afirmou que a população estaria sendo prejudicada por falhas estruturais. Por fim, manifestou solidariedade às famílias das vítimas e reforçou a necessidade de investigação e responsabilização pelos óbitos.

**Gilson Daniel (PODE - ES)** - O Deputado fez um convite institucional voltado à área da saúde no Espírito Santo. Convocou Secretários Municipais de saúde, além de representantes dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias, para uma reunião em Vitória (ES), na sede da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (FECOMÉRCIO). Disse que o encontro, marcado para o dia 26 de março, às 14h, teria como objetivo discutir a aquisição de bicicletas elétricas e motocicletas destinadas a esses profissionais. Por fim, explicou que a iniciativa seria viabilizada por meio de uma emenda de mais de R\$ 15 milhões, com foco em melhorar a mobilidade e as condições de trabalho dos agentes de saúde no Estado.

**Meire Serafim (UNIÃO - AC)** - A Deputada apresentou o Projeto de Lei nº 2.236, de 2025, que dispõe sobre o reconhecimento, valorização e estímulo à atuação das parteiras tradicionais da Amazônia Legal nas políticas públicas de saúde, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Explicou que a proposta busca reconhecer oficialmente a atuação dessas mulheres dentro do Sistema Único de Saúde (SUS), especialmente em comunidades ribeirinhas e áreas isoladas, onde o acesso a hospitais é limitado ou inexistente. Lembrou que as parteiras exercem um papel essencial no acompanhamento da gestação, no parto e no pós-parto, sendo muitas vezes a única assistência disponível em regiões remotas, como no Acre. Por fim, defendeu que a iniciativa fortalece a atenção básica, amplia o alcance do SUS e contribui para levar mais dignidade e cuidado às populações mais vulneráveis do País.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 40.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 25/03/2026

## ORDEM DO DIA

**Kim Kataguirí (MISSÃO - SP)** - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de urgência apresentado ao Projeto de Lei Complementar nº 77, de 2026, que dispõe sobre regras relativas a benefícios tributários e despesas obrigatórias no exercício de 2026.

**Kim Kataguirí (MISSÃO - SP)** - O Deputado fez uma questão de ordem, acusando a Presidência da sessão de desrespeitar o Regimento ao impedir seu pedido de votação nominal em um requerimento de urgência, afirmando que teve o microfone cortado no momento da solicitação. Defendeu que qualquer Parlamentar tem esse direito, criticou o que chamou de atropelo regimental e falta de respeito com o Plenário, e denunciou práticas que desvalorizam o trabalho dos Deputados que acompanham e analisam as matérias.

**Felipe Carreras (PSB - PE)** - O Deputado destacou o mérito do Projeto nº 6.483, de 2025, que cria a Política Nacional de Milhas Públicas para beneficiar áreas como educação, ciência e esporte, mas informou que, após diálogo com a base do Governo, decidiu retirar a proposta de pauta temporariamente para ampliar as discussões antes da votação.

**Luiz Lima (NOVO - RJ)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 6.359, de 2025, que dispõe sobre a criação de duas varas federais no Estado do Amazonas e de seis varas federais no Estado de Mato Grosso do Sul.

**Kim Kataguirí (MISSÃO - SP)** - O Deputado ressaltou irregularidade na votação do requerimento de urgência do Projeto de Lei nº 6.359, de 2025. Registrou que o microfone fora ilegalmente desligado durante aparte, impedindo o pedido de votação nominal, que qualquer Parlamentar poderia requerer. Dessa forma, contestou o argumento de que não houve solicitação a tempo, por conseguinte, considerou lamentável o ocorrido.

**Paulão (PT - AL)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 6.359, de 2025, que dispõe sobre a criação de duas varas federais no Estado do Amazonas e de seis varas federais no Estado de Mato Grosso do Sul. Além disso, prestou solidariedade ao Presidente da sessão e criticou o Deputado Kim por qualificar encaminhamento como “vagabundagem”, o que rebaixaria o debate na Casa.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 40.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 25/03/2026

**Dagoberto Nogueira (PSDB - MS)** - O Deputado defendeu o Projeto de Lei nº 6.359, de 2025, que cria varas federais nos Estados do Amazonas e do Mato Grosso do Sul para acelerar julgamentos relacionados ao crime organizado, destacando a importância da medida para Estados de fronteira, por onde entram drogas e armas vindas de países vizinhos. Por fim, afirmou que a proposta beneficia diretamente a segurança pública e o contribuinte ao fortalecer o combate ao crime.

**Silvio Antonio (PL - MA)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 6.359, de 2025, que dispõe sobre a criação de duas varas federais no Estado do Amazonas e de seis varas federais no Estado de Mato Grosso do Sul.

**Patrus Ananias (PT - MG)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 6.359, de 2025, que dispõe sobre a criação de duas varas federais no Estado do Amazonas e de seis varas federais no Estado de Mato Grosso do Sul. Além disso, manifestou solidariedade ao Presidente da sessão, elogiou sua elegância e competência na presidência dos trabalhos, e expressou apreço pelo Deputado Kim, mas defendeu o respeito mútuo no Plenário.

**Kim Kataguiri (MISSÃO - SP)** - O Deputado afirmou que não ofendeu pessoalmente o Presidente da sessão, mas apenas criticou uma decisão tomada, defendendo seu direito à livre manifestação com base na imunidade parlamentar; contestou a retirada de trechos de sua fala das notas taquigráficas e argumentou que isso não teria efeito prático, pois o conteúdo já está registrado em vídeo.

**Alice Portugal (PCdoB - BA)** - A Deputada manifestou solidariedade aos profissionais da educação da rede municipal de Salvador (BA) em greve, criticando o Prefeito Bruno Reis por descumprir acordos e por medidas que retiram recursos da educação infantil para destinar a escolas privadas. Por fim, pediu diálogo para resolver o conflito e declarou apoio ao sindicato da categoria.

**Dagoberto Nogueira (PSDB - MS)** - O Deputado proferiu parecer ao Projeto de Lei nº 6.359, de 2025, que dispõe sobre a criação de duas varas federais no Estado do Amazonas e de seis varas federais no Estado de Mato Grosso do Sul.

**Kim Kataguiri (MISSÃO - SP)** - O Deputado apresentou questão de ordem, alegando descumprimento do Regimento ao afirmar que o relator não leu integralmente o parecer ao Projeto de Lei nº 6.359, de 2025, antes da votação, limitando-se a um resumo, o que considerou irregular. Criticou também a condução da



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 40.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 25/03/2026

sessão pelo Presidente Charles Fernandes, apontando sucessivas violações regimentais, como a ausência de votação nominal e o corte de microfone, e pediu o cumprimento das normas da Casa.

**Dagoberto Nogueira (PSDB - MS)** - O Deputado proferiu parecer ao Projeto de Lei nº 6.359, de 2025, que dispõe sobre a criação de duas varas federais no Estado do Amazonas e de seis varas federais no Estado de Mato Grosso do Sul.

**Otoni de Paula (MDB - RJ)** - O Deputado apresentou e elogiou a liderança política de Nino da Autoescola, suplente de vereador de Itaboraí (RJ), destacando sua pré-candidatura a Deputado Estadual e ressaltando seu compromisso com uma atuação política séria e voltada à transformação social.

**Kim Katagiri (MISSÃO - SP)** - O Deputado criticou o descumprimento do Regimento na Câmara e questionou a utilidade de consultores e analistas legislativos diante da situação. Afirmou que a questão poderia ter sido resolvida com uma votação nominal em poucos minutos, o que evitaria prolongamento do debate. Por fim, alertou para os riscos da imposição da maioria e afirmou que o cenário pode se inverter no futuro.

**Heloísa Helena (REDE - RJ)** - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da discussão do Projeto de Lei nº 6.359, de 2025, que dispõe sobre a criação de duas varas federais no Estado do Amazonas e de seis varas federais no Estado de Mato Grosso do Sul. Além disso, fez apelo ao Governo para a convocação de concursados já aprovados, com destaque para médicos peritos do INSS e auditores fiscais do trabalho, diante de uma fila de cerca de 3 milhões de pessoas.

**Luiz Lima (NOVO - RJ)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da discussão do Projeto de Lei nº 6.359, de 2025, que dispõe sobre a criação de duas varas federais no Estado do Amazonas e de seis varas federais no Estado de Mato Grosso do Sul.

**Kim Katagiri (MISSÃO - SP)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da discussão do Projeto de Lei nº 6.359, de 2025, que dispõe sobre a criação de duas varas federais no Estado do Amazonas e de seis varas federais no Estado de Mato Grosso do Sul. Além disso, abordou o mérito do projeto, criticando o gasto superior a 200 milhões de reais previsto na Lei Orçamentária. Reconheceu a necessidade de juízes e servidores para crimes contra a União, mas assinalou que o Judiciário já possui orçamento suficiente, com potencial economia de 15 bilhões anuais em supersalários, sem promover cortes e submetendo o Parlamento a mais despesas.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 40.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 25/03/2026

**Helder Salomão (PT - ES)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da discussão do Projeto de Lei nº 6.359, de 2025, que dispõe sobre a criação de duas varas federais no Estado do Amazonas e de seis varas federais no Estado de Mato Grosso do Sul.

**Silvio Antonio (PL - MA)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da discussão do Projeto de Lei nº 6.359, de 2025, que dispõe sobre a criação de duas varas federais no Estado do Amazonas e de seis varas federais no Estado de Mato Grosso do Sul. Ademais, alertou para os gastos públicos do Governo Federal e para o recorde histórico do endividamento das famílias brasileiras.

**Alberto Fraga (PL - DF)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da discussão do Projeto de Lei nº 6.359, de 2025, que dispõe sobre a criação de duas varas federais no Estado do Amazonas e de seis varas federais no Estado de Mato Grosso do Sul.

**Dagoberto Nogueira (PSDB - MS)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da discussão do Projeto de Lei nº 6.359, de 2025, que dispõe sobre a criação de duas varas federais no Estado do Amazonas e de seis varas federais no Estado de Mato Grosso do Sul. Além disso, expressou respeito à Oposição e às posições dos Parlamentares nesta Casa de diversas ideias, como a do Deputado Luiz Lima, do NOVO, que ponderou respeitosamente. Manifestou inconformismo com a falta de respeito, principalmente em relação ao Presidente, que conduziu bem os trabalhos no Plenário.

**Kim Kataguri (MISSÃO - SP)** - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 6.359, de 2025, que dispõe sobre a criação de duas varas federais no Estado do Amazonas e de seis varas federais no Estado de Mato Grosso do Sul. Ademais, criticou o descumprimento do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e contestou discurso parlamentar sobre a liturgia do cargo, saudando a nova geração de Parlamentares que combatem as velhas práticas patrimonialistas.

**Rosângela Moro (UNIÃO - SP)** - A Deputada discutiu o Projeto de Lei nº 6.359, de 2025, que dispõe sobre a criação de duas varas federais no Estado do Amazonas e de seis varas federais no Estado de Mato Grosso do Sul. Ademais, defendeu a redução do tamanho do Estado, da máquina pública, destacando o julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre os denominados penduricalhos, verbas indenizatórias, entre outras que extrapolam o teto constitucional de remuneração do agente público.

**Kim Kataguri (MISSÃO - SP)** - O Deputado manifestou sua posição contrária ao Projeto de Lei nº 6.359, de 2025, que dispõe sobre a criação de duas varas federais no Estado do Amazonas e de seis varas federais no



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 40.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 25/03/2026

Estado de Mato Grosso do Sul, condenando o gasto público decorrente do elevado impacto orçamentário da proposição. Ademais, criticou os Parlamentares que votaram o aumento dos próprios salários e jamais votam contrariamente às proposições de criação de cargos ou aumento de salários do Poder Judiciário. Além disso, destacou a censura estabelecida por decisão judicial de primeira instância ao *Poder360* sobre reportagem que envolvia uma delegada. Ao final, repudiou decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) a respeito de pedofilia praticada por um homem de 35 anos com uma menina de 12 anos.

**Alberto Fraga (PL - DF)** - O Deputado manifestou a posição contrária da Oposição ao Projeto de Lei nº 6.359, de 2025, que dispõe sobre a criação de duas varas federais no Estado do Amazonas e de seis varas federais no Estado de Mato Grosso do Sul. Ademais, destacou a importância da interiorização da Justiça de primeiro grau e do enfrentamento do crime organizado, mas afirmou que a criação de cargos não resolverá o problema e implicará elevado gasto público. Além disso, declarou descrença na efetiva utilização dos recursos pelo Poder Judiciário para o combate ao crime organizado.

**Helder Salomão (PT - ES)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da votação do Projeto de Lei nº 6.359, de 2025, que dispõe sobre a criação de duas varas federais no Estado do Amazonas e de seis varas federais no Estado de Mato Grosso do Sul.

**Heloísa Helena (REDE - RJ)** - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da votação do Projeto de Lei nº 6.359, de 2025, que dispõe sobre a criação de duas varas federais no Estado do Amazonas e de seis varas federais no Estado de Mato Grosso do Sul. Ademais, apelou ao Governo Federal para empossar os médicos-peritos concursados a fim de reduzir a fila do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) bem como os auditores-fiscais do trabalho.

**Luiz Lima (NOVO - RJ)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da votação do Projeto de Lei nº 6.359, de 2025, que dispõe sobre a criação de duas varas federais no Estado do Amazonas e de seis varas federais no Estado de Mato Grosso do Sul.

**Kim Katagiri (MISSÃO - SP)** - O Deputado manifestou-se contrariamente ao Projeto de Lei nº 6.359, de 2025, que dispõe sobre a criação de duas varas federais no Estado do Amazonas e de seis varas federais no Estado de Mato Grosso do Sul. Destacou que a proposição, encaminhada pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), desrespeita o art. 103 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT). Ademais, apontou que a memória de cálculo apresentada é insuficiente para garantir compatibilidade financeira e orçamentária.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 40.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 25/03/2026

Ao final, ressaltou a incoerência de o Poder Judiciário encaminhar proposta inconstitucional e em desacordo com as leis orçamentárias.

**Patrus Ananias (PT - MG)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da votação do Projeto de Lei nº 6.359, de 2025, que dispõe sobre a criação de duas varas federais no Estado do Amazonas e de seis varas federais no Estado de Mato Grosso do Sul.

**Silvio Antonio (PL - MA)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da votação do Projeto de Lei nº 6.359, de 2025, que dispõe sobre a criação de duas varas federais no Estado do Amazonas e de seis varas federais no Estado de Mato Grosso do Sul. Ademais, criticou o Governo Federal pelo déficit nominal de 1 trilhão de reais ao ano.

**Kim Kataguirí (MISSÃO - SP)** - O Deputado criticou o Projeto de Lei nº 6.359, de 2025, que dispõe sobre a criação de duas varas federais no Estado do Amazonas e de seis varas federais no Estado de Mato Grosso do Sul. Ademais, afirmou que a proposição descumpra o art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) e a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), por não apresentar estimativa de impacto orçamentário própria e indicar de forma genérica o uso de recursos previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA), sem especificar valores. Além disso, criticou a atuação do Poder Judiciário no enfrentamento ao crime, destacando decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que resultou na liberação de indivíduo apreendido com grande quantidade de droga. Por fim, apontou amadorismo do Poder Judiciário por encaminhar proposição eivada de vícios e do Parlamento por aceitar tal situação.

**Alberto Fraga (PL - DF)** - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 6.359, de 2025, que dispõe sobre a criação de duas varas federais no Estado do Amazonas e de seis varas federais no Estado de Mato Grosso do Sul.

**Patrus Ananias (PT - MG)** - O Deputado defendeu a aprovação do Projeto de Lei nº 6.359, de 2025, que dispõe sobre a criação de duas varas federais no Estado do Amazonas e de seis varas federais no Estado de Mato Grosso do Sul. Ademais, criticou a Direita por não defender e nem ter compromisso com a democracia. Além disso, afirmou que o Estado Democrático de Direito pressupõe instituições como o Poder Legislativo e Judiciário, que precisam de aperfeiçoamento constante. Ao final, sustentou a presença efetiva do Poder Judiciário em todo o território nacional.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 40.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 25/03/2026

**Heloísa Helena (REDE - RJ)** - A Deputada orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 6.359, de 2025, que dispõe sobre a criação de duas varas federais no Estado do Amazonas e de seis varas federais no Estado de Mato Grosso do Sul. Ademais, cobrou do Governo Federal a convocação dos auditores fiscais e dos médicos peritos concursados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), a fim de reduzir as filas de espera, especialmente no Estado do Rio de Janeiro.

**Luiz Lima (NOVO - RJ)** - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 6.359, de 2025, que dispõe sobre a criação de duas varas federais no Estado do Amazonas e de seis varas federais no Estado de Mato Grosso do Sul. Ademais, contestou discurso parlamentar que afirma que a Direita é contrária à democracia. Além disso, destacou reportagem da Folha de São Paulo que aponta o pagamento a magistrados pelos Tribunais de Justiça estaduais e do Distrito Federal de R\$ 10,7 bilhões acima do teto remuneratório constitucional em 2025.

**Kim Kataguiri (MISSÃO - SP)** - O Deputado levantou questão de ordem para solicitar a devolução ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) do Projeto de Lei nº 6.359, de 2025, que dispõe sobre a criação de duas varas federais no Estado do Amazonas e de seis varas federais no Estado de Mato Grosso do Sul, apontando o descumprimento do art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) e do art. 169 da Constituição Federal, uma vez que a proposição não apresenta estimativa de impacto orçamentário, apenas fazendo remissão genérica à Lei Orçamentária Anual (LOA).

**Kim Kataguiri (MISSÃO - SP)** - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 6.359, de 2025, que dispõe sobre a criação de duas varas federais no Estado do Amazonas e de seis varas federais no Estado de Mato Grosso do Sul. Ademais, criticou o Poder Judiciário por censurar a imprensa, não cumprir o seu papel, defender seus privilégios e supersalários e por não combater o crime organizado, destacando o desrespeito do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF) às suas próprias jurisprudências em benefício de criminosos.

**Helder Salomão (PT - ES)** - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 6.359, de 2025, que dispõe sobre a criação de duas varas federais no Estado do Amazonas e de seis varas federais no Estado de Mato Grosso do Sul.

**Sargento Fatur (PL - PR)** - O Deputado comentou o Projeto de Lei nº 6.359, de 2025, que dispõe sobre a criação de duas varas federais no Estado do Amazonas e de seis varas federais no Estado de Mato Grosso do Sul. Avaliou que a medida não contribui para o combate ao crime organizado nas fronteiras e defendeu que a



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 40.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 25/03/2026

resposta estaria na atuação armada e na valorização dos profissionais de segurança pública. Citou experiências anteriores com magistrados e mencionou Sergio Moro, Gabriela Hardt e Marcelo Bretas como referências positivas, ao mesmo tempo em que fez críticas a outros integrantes da Justiça Federal.

**Ilacir Bicalho (PODE - MG)** - O Deputado tomou posse e prestou compromisso regimental. Destacou trajetória como Vereador, suplente de Deputado Estadual e Vice-Prefeito de Santa Luzia (MG). Afirmou que chegou ao cargo com senso de responsabilidade para representar o Município, a região metropolitana e Minas Gerais. Apontou desafios locais, como falta de infraestrutura, problemas em encostas, córregos a céu aberto e enchentes, e defendeu a necessidade de investimentos e apoio institucional. Também ressaltou a importância de políticas voltadas a crianças, jovens e idosos. Por fim, agradeceu lideranças políticas, entre elas Marcos Pereira, e convidou autoridades a direcionarem recursos para Santa Luzia (MG), com foco em desenvolvimento e melhoria das condições de vida da população.

**Alberto Fraga (PL - DF)** - O Deputado tratou da Medida Provisória 1.326, de 2025, que dispõe sobre o reajuste da remuneração das forças de segurança pública do Distrito Federal, da remuneração da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar dos ex-Territórios Federais e do antigo Distrito Federal e do valor do auxílio-moradia dos militares que especifica e sobre a extinção de cargos efetivos vagos, aprovada no Senado. Afirmou que a proposta reposiciona a remuneração de policiais e bombeiros entre as mais altas do País e destacou que essas corporações são mantidas pela União. Elogiou o relator Rafael Prudente e citou avanços como promoção com posto acima na reserva, ampliação do tempo de serviço e definição de critérios para ingresso. Também defendeu mudanças no texto para tornar obrigatória a promoção quando houver vaga, a fim de evitar interferência política. Por fim, solicitou ao presidente Hugo Motta a inclusão da matéria na pauta da Câmara antes do prazo eleitoral.

**Pedro Campos (PSB - PE)** - O Deputado proferiu parecer ao Projeto de Lei Complementar nº 77, de 2026, que dispõe sobre regras relativas a benefícios tributários e despesas obrigatórias no exercício de 2026.

**Kim Kataguirí (MISSÃO - SP)** - O Deputado apresentou questão de ordem para contestar a condução da sessão e a não concessão do tempo de liderança ao Partido Missão antes da leitura do parecer ao Projeto de Lei Complementar nº 77, de 2026. Afirmou que solicitou a palavra previamente e que não recebeu explicação sobre a negativa, apontando descumprimento do Regimento. Ressaltou que caberia à Presidência informar a existência de outro Líder inscrito e consultá-lo sobre o uso imediato do tempo. Por fim, defendeu que o direito de fala poderia ser exercido a qualquer momento e reiterou que havia solicitado o uso antes da manifestação do relator.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 40.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 25/03/2026

**Sargento Fahur (PL - PR)** - O Deputado comentou investigações envolvendo o Banco Master e afirmou que não houve determinação do Governo federal para apurações sobre o ex-Presidente do Banco Central, citando Roberto Campos Neto. Criticou a circulação de informações que classificou como falsas e defendeu a atuação autônoma da Polícia Federal. Também cobrou a instalação de uma CPI sobre o caso e questionou a condução pelo Presidente do Congresso, Davi Alcolumbre. Mencionou ainda a possibilidade de delação envolvendo Daniel Vorcaro e afirmou que eventuais investigações devem atingir todos os envolvidos. Por fim, voltou a criticar propostas de criação de novas varas federais e defendeu o combate à corrupção.

**Kim Kataguri (MISSÃO - SP)** - O Deputado voltou a criticar decisão da Mesa sobre a condução da sessão e a negativa de votação nominal, afirmando que houve descumprimento do Regimento. Afirmou que passou a utilizar todos os instrumentos regimentais disponíveis, como requerimentos e inscrições em debates, para prolongar os trabalhos e demonstrar o custo de não observar as regras. Declarou que não mantém divergência pessoal com a Presidência, mas reiterou a crítica ao procedimento adotado.

**Luciano Alves (PSD - PR)** - O Deputado registrou a presença de sua mãe, Dona Olga, em visita ao Congresso Nacional. Informou que era a primeira vez dela em Brasília (DF) e destacou a satisfação em apresentar o ambiente de trabalho e a rotina parlamentar. Agradeceu as manifestações de carinho recebidas e afirmou que busca honrar a trajetória familiar e representar o Estado do Paraná. Também expressou reconhecimento pessoal à mãe, mencionando o papel dela em sua vida e reafirmando o compromisso de atuar de forma a orgulhá-la. Ao encerrar, destacou a importância de valorizar a convivência familiar e a oportunidade de prestar homenagens em vida.

**Marcelo Álvaro Antônio (PL - MG)** - O Deputado agradeceu à Câmara e ao Presidente Hugo Motta pela inclusão em pauta do Projeto de Lei nº 2.736, de 2019, que inclui na exigência para a transferência do veículo a certidão negativa dos crimes de estelionato e apropriação indébita. Relatou a atuação de grupos que alugam automóveis com intermediários, não devolvem os veículos e se aproveitam da classificação como apropriação indébita, o que impede o registro como furto nos sistemas policiais. Informou também que essa lacuna tem permitido a circulação e o envio de veículos para fora do País sem identificação de crime. Por fim, afirmou que a proposta busca corrigir essa brecha e solicitou apoio dos pares para a aprovação da matéria.

**Hildo Rocha (MDB - MA)** - O Deputado discutiu o Projeto de Lei Complementar nº 77, de 2026, que dispõe sobre regras relativas a benefícios tributários e despesas obrigatórias no exercício de 2026.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 40.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 25/03/2026

**Kim Kataguirí (MISSÃO - SP)** - O Deputado discutiu o Projeto de Lei Complementar nº 77, de 2026, que dispõe sobre regras relativas a benefícios tributários e despesas obrigatórias no exercício de 2026.

**Joaquim Passarinho (PL - PA)** - O Deputado discutiu o Projeto de Lei Complementar nº 77, de 2026, que dispõe sobre regras relativas a benefícios tributários e despesas obrigatórias no exercício de 2026.

**Pedro Campos (PSB - PE)** - O Deputado proferiu parecer às Emendas de Plenário do Projeto de Lei Complementar nº 77, de 2026, que dispõe sobre regras relativas a benefícios tributários e despesas obrigatórias no exercício de 2026.

**Hildo Rocha (MDB - MA)** - O Deputado encaminhou a votação das Emendas de Plenário do Projeto de Lei Complementar nº 77, de 2026, que dispõe sobre regras relativas a benefícios tributários e despesas obrigatórias no exercício de 2026.

**Kim Kataguirí (MISSÃO - SP)** - O Deputado encaminhou a votação das Emendas de Plenário do Projeto de Lei Complementar nº 77, de 2026, que dispõe sobre regras relativas a benefícios tributários e despesas obrigatórias no exercício de 2026.

**Pedro Campos (PSB - PE)** - O Deputado esclareceu o Projeto de Lei Complementar nº 77, de 2026, que dispõe sobre regras relativas a benefícios tributários e despesas obrigatórias no exercício de 2026.

**Patrus Ananias (PT - MG)** - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei Complementar nº 77, de 2026, que dispõe sobre regras relativas a benefícios tributários e despesas obrigatórias no exercício de 2026.

**Luiz Lima (NOVO - RJ)** - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei Complementar nº 77, de 2026, que dispõe sobre regras relativas a benefícios tributários e despesas obrigatórias no exercício de 2026.

**Kim Kataguirí (MISSÃO - SP)** - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei Complementar nº 77, de 2026, que dispõe sobre regras relativas a benefícios tributários e despesas obrigatórias no exercício de 2026.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 40.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 25/03/2026

**Reinhold Stephanes (PSD - PR)** - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei Complementar nº 77, de 2026, que dispõe sobre regras relativas a benefícios tributários e despesas obrigatórias no exercício de 2026; ressalvados os destaques.

**Silvio Antonio (PL - MA)** - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei Complementar nº 77, de 2026, que dispõe sobre regras relativas a benefícios tributários e despesas obrigatórias no exercício de 2026; ressalvados os destaques.

**Rogério Correia (PT - MG)** - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei Complementar nº 77, de 2026, que dispõe sobre regras relativas a benefícios tributários e despesas obrigatórias no exercício de 2026; ressalvados os destaques. Na oportunidade, afirmou que a proposição prioriza direitos trabalhistas e o fortalecimento de políticas sociais, com destaque para a ampliação da licença-paternidade como medida de apoio às famílias. Por fim, contrapôs essa iniciativa a propostas atribuídas a lideranças da oposição, como o Senador Rogério Marinho que defenderia reformas administrativa, trabalhista e previdenciária com foco em redução do papel do Estado; e também citou o Senador Flávio Bolsonaro no contexto de articulações políticas.

**Pedro Campos (PSB - PE)** - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei Complementar nº 77, de 2026, que dispõe sobre regras relativas a benefícios tributários e despesas obrigatórias no exercício de 2026; ressalvados os destaques. Na oportunidade, argumentou favoravelmente à licença-paternidade.

**Joaquim Passarinho (PL - PA)** - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei Complementar nº 77, de 2026, que dispõe sobre regras relativas a benefícios tributários e despesas obrigatórias no exercício de 2026; ressalvados os destaques. Na oportunidade, defendeu o arcabouço fiscal.

**Sóstenes Cavalcante (PL - RJ)** - O Deputado fez críticas ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, citando declarações públicas atribuídas ao Chefe do Executivo e questionando seu conteúdo. Mencionou episódios e frases que seriam preocupantes, utilizando esses exemplos para levantar dúvidas sobre a capacidade de comunicação e condução política do Presidente. Afirmou que o tema deveria ser tratado com atenção, sugerindo preocupação com o impacto dessas declarações na imagem institucional do País e no debate político. Por fim, reforçou que sua manifestação se deu no âmbito de uma avaliação política e expressou posicionamento contrário à continuidade do atual Governo.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 40.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 25/03/2026

**Rogério Correia (PT - MG)** - O Deputado rebateu críticas feitas ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, defendendo sua condição de saúde e sua atuação à frente do Governo. Ironizou acusações de problemas cognitivos feitas por adversários, contrapondo com críticas a episódios envolvendo outros Parlamentares. Também afirmou que o Governo apresenta bons resultados, especialmente na economia, e classificou as críticas da oposição como motivadas por disputa política. Por fim, reiterou apoio ao Presidente e criticou adversários ligados ao ex-Presidente Jair Bolsonaro, destacando o contexto político atual.

**Luiz Lima (NOVO - RJ)** - O Deputado orientou a bancada na votação do art. 1º do Projeto de Lei Complementar nº 77, de 2026, que dispõe sobre regras relativas a benefícios tributários e despesas obrigatórias no exercício de 2026.

**Sóstenes Cavalcante (PL - RJ)** - O Deputado orientou a bancada na votação do art. 1º do Projeto de Lei Complementar nº 77, de 2026, que dispõe sobre regras relativas a benefícios tributários e despesas obrigatórias no exercício de 2026. Em seguida, saudou a presença do Vereador Sandrinho, do Município de Teresópolis (RJ), destacando a visita do Parlamentar municipal à Câmara dos Deputados em busca de recursos para a cidade. Além disso, ressaltou as características do Município, conhecido por suas paisagens naturais e afirmou o compromisso de apoiar iniciativas voltadas ao desenvolvimento local, especialmente nas áreas de saúde, educação, esporte e segurança pública. Por fim, deu boas-vindas ao Vereador e reforçou a disposição de colaborar com demandas do Município.

**Kim Kataguirí (MISSÃO - SP)** - O Deputado orientou a bancada na votação do art. 1º do Projeto de Lei Complementar nº 77, de 2026, que dispõe sobre regras relativas a benefícios tributários e despesas obrigatórias no exercício de 2026.

**Erika Kokay (PT - DF)** - A Deputada orientou a bancada na votação do art. 1º do Projeto de Lei Complementar nº 77, de 2026, que dispõe sobre regras relativas a benefícios tributários e despesas obrigatórias no exercício de 2026. Aproveitou para destacar indicadores positivos do Governo do Presidente Lula, mencionando níveis de emprego e controle da inflação. Por fim, também rebateu críticas da oposição, argumentando que adversários não teriam legitimidade para questionar o Governo, e reforçou apoio à condução econômica atual.

**Pedro Campos (PSB - PE)** - O Deputado orientou a bancada na votação do art. 1º do Projeto de Lei Complementar nº 77, de 2026, que dispõe sobre regras relativas a benefícios tributários e despesas obrigatórias no exercício de 2026.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 40.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 25/03/2026

**Natália Bonavides (PT - RN)** - A Deputada proferiu parecer ao Projeto de Lei nº 1.404, de 2025, que altera a Lei nº 13.105, de 2015, para dispor sobre a possibilidade de quebra de sigilo bancário e fiscal em ações de alimentos, nas situações de indícios de ocultação de bens pelo alimentante.

**Erika Kokay (PT - DF)** - A Deputada discutiu o Projeto de Lei nº 1.404, de 2025, que altera a Lei nº 13.105, de 2015, para dispor sobre a possibilidade de quebra de sigilo bancário e fiscal em ações de alimentos, nas situações de indícios de ocultação de bens pelo alimentante. Na oportunidade, ressaltou a gravidade do cenário de violência de gênero no País e mencionou ações do Governo do Presidente Lula, incluindo um pacto nacional para combater o feminicídio, com participação de diferentes esferas do poder público. Também citou articulação entre o Ministério das Mulheres e o Ministério da Educação para ampliar o debate sobre violência de gênero nas escolas. Por fim, defendeu o enfrentamento à misoginia como parte essencial da política pública e elogiou a atuação parlamentar da Relatora, Deputada Natália Bonavides.

**Lula da Fonte (PP - PE)** - O Presidente da Sessão saudou a presença de representantes do Município de Igarassu (PE). Destacou o Presidente da Câmara Municipal, Vereador Maguila, e o articulador político Mário Júnior, dando-lhes boas-vindas à Câmara dos Deputados e ressaltando a satisfação em recebê-los no Parlamento.

**Soraya Santos (PL - RJ)** - A Deputada discutiu o Projeto de Lei nº 1.404, de 2025, que altera a Lei nº 13.105, de 2015, para dispor sobre a possibilidade de quebra de sigilo bancário e fiscal em ações de alimentos, nas situações de indícios de ocultação de bens pelo alimentante. Na oportunidade, ressaltou a atuação da Relatora, a Deputada Natália Bonavides. Por fim, mencionou a necessidade de medidas complementares, como permitir que mulheres vítimas de violência possam rescindir contratos de aluguel sem penalidades, dada a urgência dessas situações.

**Luiz Lima (NOVO - RJ)** - O Deputado encaminhou a votação do Art. 209 da Lei nº 8.112, de 1990, contido no art. 4 do substitutivo ao Projeto de Lei nº 1.404, de 2025, que altera a Lei nº 13.105, de 2015, para dispor sobre a possibilidade de quebra de sigilo bancário e fiscal em ações de alimentos, nas situações de indícios de ocultação de bens pelo alimentante. Na oportunidade, parabenizou a Relatora, a Deputada Natália Bonavides.

**Gisela Simona (UNIÃO - MT)** - A Deputada proferiu parecer ao Projeto de Lei nº 5.405, de 2025, que estabelece o dia 21 de setembro como o Dia da Autoestima da Mulher Brasileira.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 40.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 25/03/2026

**Erika Kokay (PT - DF)** - A Deputada discutiu o Projeto de Lei nº 5.405, de 2025, que estabelece o dia 21 de setembro como o Dia da Autoestima da Mulher Brasileira. Na oportunidade, argumentou que a misoginia deve ser reconhecida e combatida como um instrumento de dominação social, pois está na raiz de diversas formas de violência contra as mulheres, inclusive o feminicídio. Explicou que essa violência não surge isoladamente, mas é alimentada por uma cultura que normaliza desigualdades e limita o acesso das mulheres aos espaços públicos e de poder. Na continuidade, apontou três elementos centrais dessa estrutura de dominação: a cultura do medo, que restringe a liberdade das mulheres no espaço público; a sobrecarga de trabalho que gera isolamento e vulnerabilidade; e o chamado “teto de vidro”, que dificulta o avanço feminino em posições de liderança. Por fim, criticou a ideia de meritocracia descolada das desigualdades históricas, apontando que muitas mulheres são culpabilizadas por não alcançarem espaços que, na prática, lhes são estruturalmente negados.

**Lula da Fonte (PP - PE)** - O Presidente da Sessão saudou a presença do Vereador Beto da Ambulância, de Pombos (PE), e também do jornalista pernambucano Ricardo Antunes, em visita à Câmara dos Deputados.

**Kim Katagiri (MISSÃO - SP)** - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 5.405, de 2025, que estabelece o dia 21 de setembro como o Dia da Autoestima da Mulher Brasileira.

**Gilson Daniel (PODE - ES)** - O Deputado celebrou a aprovação do Projeto de Lei nº 5.405, de 2025, que estabelece o dia 21 de setembro como o Dia da Autoestima da Mulher Brasileira. Ressaltou que apesar do avanço simbólico da proposta, o momento é de tristeza no Espírito Santo devido ao feminicídio ocorrido em Vitória (ES), cuja vítima, Dayse Barbosa, policial e Comandante da Guarda Municipal, foi assassinada pelo companheiro. Destacou a gravidade do episódio, classificando-o como um ato de barbárie, e afirmou que casos como esse reforçam a urgência do combate à violência contra a mulher. Por fim, manifestou solidariedade à família da vítima e a todas as mulheres que enfrentam situações de violência, especialmente em seu Estado.

**Greyce Elias (AVANTE - MG)** - A Deputada celebrou a aprovação do Projeto de Lei nº 5.405, de 2025, que estabelece o dia 21 de setembro como o Dia da Autoestima da Mulher Brasileira, destacando a origem da proposta no Conselho Nacional da Mulher Empreendedora e da Cultura, liderado por Ana Claudia Cotait. Enfatizou que o fortalecimento da autoestima feminina está diretamente ligado à autonomia financeira, apontando que muitas mulheres permanecem em situações de violência por dependência econômica. Nesse sentido, defendeu que incentivar o empreendedorismo e a independência das mulheres é também uma forma concreta de enfrentamento à violência. Destacou o papel das mulheres no desenvolvimento do país,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 40.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 25/03/2026

lembrando que elas representam mais da metade da população e têm presença crescente no mercado de trabalho e no empreendedorismo. Também ressaltou a importância da união feminina como ferramenta de transformação social. Por fim, associou simbolicamente a data à chegada da primavera, como um momento de renovação e novas oportunidades, afirmando que a iniciativa pode inspirar e fortalecer mulheres em todo o Brasil.

**Roberto Duarte (REPUBLICANOS - AC)** - O Deputado criticou o Governo Federal sobre a chamada Lei Antifacção, tema do Projeto de Lei nº 5.582, de 2025, que altera a Lei nº 12.850, de 2013, o Código Penal, o Código de Processo Penal, a Lei nº 8.072, de 1990, a Lei nº 7.960, de 1989, e a Lei nº 7.210, de 1984, para dispor sobre o combate às organizações criminosas no País, como resposta legislativa ao crime organizado. Na oportunidade, ressaltou o papel do Congresso na construção do texto final. Argumentou que a proposta original enviada pelo Governo Lula seria insuficiente para enfrentar o crime organizado, com medidas consideradas tímidas diante da atuação de facções como PCC e Comando Vermelho. Citou como exemplo a criação do conceito de “domínio social estruturado”, com penas mais duras; a tipificação de práticas como bloqueio de vias e imposição de regras por facções; e mecanismos para bloquear bens de organizações criminosas. Afirmou que medidas como o fim do auxílio-reclusão para condenados por crimes ligados a facções não teriam partido do Executivo, mas sim do Legislativo. Além disso, criticou o Governo por, segundo ele, abrir mão de fontes de financiamento para a segurança pública, mencionando a não aprovação da taxação de apostas esportivas como uma contradição frente ao discurso de combate ao crime. Por fim, concluiu que a aprovação da lei representa uma vitória do Congresso Nacional e defendeu maior coerência e protagonismo do Executivo na área de segurança pública.

**Laura Carneiro (PSD - RJ)** - A Deputada defendeu de modo técnico-jurídico a aprovação de seu Projeto de Lei nº 196, de 2024, que altera o art. 1.879 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para dispor sobre o testamento emergencial. Explicou que a proposta foi aprovada na Câmara, está em fase final de tramitação no Senado, e busca ajustar o artigo 1.879 do Código Civil, que permite, em situações excepcionais, como doenças graves, isolamento ou risco iminente de morte, a elaboração de um testamento sem testemunhas. Ressaltou que esse dispositivo ganhou relevância especialmente após a pandemia de Covid-19, quando muitas pessoas se viram impossibilitadas de cumprir as formalidades tradicionais. Explicou que a principal mudança proposta é estabelecer que, caso a pessoa sobreviva à situação emergencial, será necessário confirmar o testamento por meio das formas legais ordinárias. Concluiu defendendo que o projeto representa um aprimoramento do ordenamento jurídico, equilibrando segurança jurídica e adaptação às novas realidades sociais.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 40.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 25/03/2026

**Marcio Alvino (PL - SP)** - O Deputado abordou a filiação do Senador Sergio Moro e da Deputada Rosangela Moro ao Partido Liberal (PL), classificando o movimento como estratégico para o fortalecimento da direita no País. Ressaltou o papel do Presidente nacional do partido, Valdemar Costa Neto, na expansão da legenda, e afirmou que a entrada de novas lideranças reforça pautas como combate à corrupção, segurança pública e defesa de valores conservadores. Também mencionou a pré-candidatura presidencial do Senador Flávio Bolsonaro, apontando-o como representante de um projeto político alternativo ao atual Governo. Em seguida, elogiou o trabalho da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) Brasil, que recebeu o Prêmio iBest 2025 na categoria Ações Sociais. Por fim, reforçou o compromisso da bancada em apoiar políticas públicas de inclusão, ampliar recursos para instituições e fortalecer iniciativas voltadas à acessibilidade e à proteção das famílias.

**Ricardo Ayres (REPUBLICANOS - TO)** - O Deputado apresentou o Projeto de Lei nº 33, de 2025, que declara as Folias do Divino Espírito Santo realizadas no Estado do Tocantins como manifestação da cultura nacional. Destacou que essas celebrações vão além do aspecto religioso, sendo expressões culturais profundas que envolvem tradição, fé e identidade coletiva. Também ressaltou o avanço do projeto no Congresso, com aprovação na Comissão de Cultura (CCULT), com relatoria do Deputado Mersinho Lucena; e na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), sob relatoria da Deputada Laura Carneiro. Além do valor simbólico, apontou o impacto econômico das festividades, especialmente no turismo religioso e cultural, contribuindo para o desenvolvimento local. Por fim, defendeu que a proposta representa o reconhecimento das raízes culturais brasileiras e o compromisso do Parlamento com a preservação da diversidade cultural do País.

**Luiz Lima (NOVO - RJ)** - O Deputado defendeu a prorrogação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), argumentando que a comissão é essencial para investigar possíveis fraudes e irregularidades que afetam aposentados e pensionistas. Destacou que há indícios de descontos indevidos e possíveis esquemas que estariam prejudicando diretamente pessoas vulneráveis, que dependem dos benefícios para sobreviver. Argumentou que encerrar a comissão neste momento significaria interromper investigações importantes e deixar de esclarecer os fatos. Além disso, afirmou que a continuidade da CPMI é necessária para aprofundar apurações, ouvir envolvidos, identificar responsáveis e propor medidas que evitem novas irregularidades. Por fim, fez um apelo aos Parlamentares para que priorizem o interesse público e garantam a continuidade das investigações, defendendo que a medida é uma obrigação moral com os trabalhadores e aposentados do País.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 40.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 25/03/2026

**Rubens Pereira Júnior (PT - MA)** - O Deputado defendeu a valorização da agricultura familiar, destacando sua importância econômica, social e territorial, especialmente no Maranhão. Ressaltou que o setor representa a base da produção de alimentos no País, reunindo a maioria dos estabelecimentos rurais e grande parte da força de trabalho no campo. Destacou a presença expressiva de mais de 187 mil unidades produtivas familiares, evidenciando que o desenvolvimento rural do Estado depende diretamente do fortalecimento desse segmento. Também apontou desafios estruturais, como dificuldades de acesso a crédito, assistência técnica, inovação e políticas públicas, além da distância histórica entre o Estado e os pequenos produtores. Como resposta a esses problemas, indicou a iniciativa da Caravana da Agricultura Familiar, que leva serviços diretamente aos territórios, envolvendo instituições como Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e o Banco do Nordeste do Brasil (BNB). Apontou que experiências em Municípios como Brejo (MA), Parnarama (MA) e Alcântara (MA) demonstram resultados concretos, com participação de agricultores, formação técnica e avanço na organização produtiva. Por fim, defendeu a continuidade e ampliação desse modelo de política pública, destacando que fortalecer a agricultura familiar significa promover segurança alimentar, gerar renda, reduzir desigualdades regionais e garantir dignidade às populações do campo.

#### ENCERRAMENTO